

O Projecto Info-Social

JOAQUINA BARRULAS

M. MARGARIDA PINO

M. ODETTE NETO

RESUMO

É feita uma descrição do Projecto Info-Social — projecto de investigação na área da informação social — a decorrer no âmbito da BAD. Numa primeira fase, procedeu-se a um estudo sectorial na área da Segurança Social, cujos resultados permitem estabelecer novas etapas de trabalho no sentido do desenvolvimento de um sub-sistema de informação nesta área.

SUMMARY

This paper sets forth the Info-Social Project — a research project in the area of social information — carried out by BAD. As a first step a sectorial study was developed in the area of Social Security, the results obtained allowing us to set new stages of work which aim at a subsystem of information in that said area.

1. INTRODUÇÃO

O Projecto Info-Social nasceu, enquanto projecto de investigação, da necessidade de realizar um exercício académico no âmbito da cadeira de Investigação em Sociologia da Informação do Curso de Especialização em Ciências Documentais (Faculdade de Letras de Lisboa). Por sua vez, a definição do campo de investigação — a área social — resultou da intenção prévia de aproveitamento do trabalho a realizar, tendo em conta a sua aplicação prática, por mais restrito que fosse o objecto de estudo.

Foi assim que, encontrando-se em curso o Projecto para Inventariação das Fontes de Informação em Portugal, facilmente se colocou a hipótese de opção por um projecto sectorial que entroncasse naquele projecto global.

Dum primeiro contacto com a Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas (BAD), à qual se deve aquela iniciativa, que é patrocinada pelo Instituto Português do Património Cultural, foi-nos dado apurar que o Plano do Projecto em causa, elaborado em fins de 1980, compreendia:

- a realização de um inventário básico de todas as unidades de informação a nível nacional;
- o lançamento de inquéritos sectoriais mais aprofundados, por áreas especializadas ou por grupos de organizações afins;
- a elaboração de relatórios parcelares com base nos quais seria preparado um relatório final que permitisse estabelecer prioridades, tendo em vista o subsequente planeamento de um Sistema Nacional de Informação.

Constatada a viabilidade da hipótese formulada, em termos da estrutura do Projecto de Inventariação, foi feito o ponto da situação relativamente a cada um dos subprojectos em curso:

- bibliotecas públicas;
- bibliotecas universitárias;
- serviços de documentação e bibliotecas especializadas,

começando por este último grupo, sobre o qual recaíam as nossas preferências de raiz profissional, com predominância na área social. Esta opção foi ainda influenciada pela carência de estudos neste domínio, com ressalva para o esforço despendido pelo GIPSO — Grupo de Informação para a Política Social, que tinha cessado a sua actividade em meados de 1983. A consideração do trabalho que estava a ser desenvolvido pelos grupos das Bibliotecas Públicas e Universitárias — que se encontravam em fases diferentes — obedeceu basicamente à preocupação de definir uma metodologia para o nosso trabalho que não se desviasse da que estava a ser seguida pelos restantes projectos sectoriais de forma a permitir, em qualquer momento, um enquadramento global.

2. A PRIMEIRA FASE DO PROJECTO INFO-SOCIAL

No que se refere às bibliotecas especializadas e serviços de documentação, tinha sido emitido um questionário desenvolvido, que serviria, simultaneamente, para recolha de elementos para a elaboração de um Guia de serviços. As 600 respostas obtidas — que correspondem a uma taxa de 90 % dos questionários enviados — iam então ser objecto de análise.

Foi desta lista de serviços que responderam àquele inquérito que tentámos extrair os que se incluíam na área social, partindo da noção geral de Política Social, sem a preocupação de precisar rigorosamente o conceito. Todavia, o universo que daqui resultou era demasiado amplo, face aos nossos condicionalismos de tempo e de meios. Deve dizer-se que a BAD assumiu desde o início o encargo do apoio logístico ao projecto, dentro das suas próprias limitações.

Confrontados com o problema, foi uma vez mais o pragmatismo que prevaleceu e acabámos por restringir o projecto, numa primeira fase, à área da Segurança Social.

Tomada esta decisão, havia que definir previamente o conceito de Segurança Social de que partíamos, o que naturalmente iria desde logo influenciar a selecção das instituições e organismos a abranger pelo estudo que nos propunhamos realizar.

O conceito de Segurança Social, tem vindo a evoluir, entre nós, nos últimos anos, mais precisamente depois do 25 de Abril de 1974, no sentido do seu alargamento, deixando de estar estritamente ligado ao mundo do trabalho onde teve a sua origem. Assim, à semelhança do que se verificou noutros países depois da segunda guerra mundial e na linha do conhecido relatório Beveridge, a Segurança Social passou a abranger, pelo menos tendencialmente, toda a população. Esta característica de universalidade do conceito amplo de Segurança Social encontra-se, aliás, consagrada constitucionalmente. Assim, não faria qualquer sentido, por não corresponder à realidade, tomar-se a expressão numa acepção restrita, limitada às prestações derivadas do exercício de actividade profissional. Daí que, no universo a estudar se incluíam os organismos e instituições que prosseguem fins de Acção Social. Ainda assim, e atendendo à interdisciplinaridade cada vez maior — atributo que não é específico da Segurança Social — foi deliberado seguir um critério com a elasticidade suficiente para abranger áreas com as quais a Segurança Social se interpenetra mais ou menos profundamente.

Com base neste critério e a partir da referida lista de bibliotecas especializadas e de uma outra existente no Centro de Documentação e Informação da Segurança Social (CDISS), unidade central da respectiva Secretaria de Estado, chegou-se a uma lista de 165 organismos.

Nos casos que suscitaram dúvidas, foi feito um inquérito preliminar de despistagem, à semelhança, aliás, do que se fizera, em devido tempo, para as Bibliotecas Públicas.

O questionário, detalhado, foi o instrumento de que nos servimos para fazer o levantamento das «infraestruturas» existentes nesta área, utilizando-se o termo no sentido expandido por J. S. Parker, na comunicação que apresentou ao VII Encontro BAD, em Novembro de 1979, intitulada «Planning the infrastructure of a national information system», isto é, englobando estruturas organizacionais e respectiva base legal, dotações de pessoal, técnicas utilizadas, colecções de documentos, encargos financeiros, serviços prestados, etc.

Para o desenho do mesmo foram tidos em conta, os modelos anteriores dos inquéritos já realizados no âmbito do Inventário em curso e feitas apenas as adaptações indispensáveis, tendo em vista permitir, minimamente, a comparação de resultados, como ficou dito.

3. O SUB-SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM SEGURANÇA SOCIAL

Dos 165 questionários enviados, foram recebidas 63 respostas até à data limite (9.10.84) estabelecida em função do prazo de apresentação do trabalho. As respostas recebidas depois daquela data foram, portanto, ignoradas, bem como as razões apresentadas telefonicamente para o não preenchimento do questionário (por exemplo, terem um reduzido volume de documentação ou encontrarem-se os serviços em fase de organização), elementos que, noutras condições, poderiam eventualmente ter interesse.

De qualquer forma, a análise de resultados a que procedemos e que consta do respectivo Relatório de Progresso de Outubro de 1984 — não obstante as ambiguidades e as novas questões que se suscitaram — revela aspectos objectivamente relevantes para a organização e desenvolvimento do sub-sistema de informação em Segurança Social.

Um outro conjunto de dados confirma, neste Sector, a situação geral do País no que se refere à Informação, como sejam:

- reduzida percentagem de pessoal especializado em biblioteconomia;
- falta de normalização nos processos de tratamento documental;
- baixa taxa de utilização exclusiva de equipamento reprográfico e outro;
- reduzida existência de equipamento informático.

O quadro seguinte relativo ao Pessoal, documenta, à evidência, a afirmação contida no primeiro ponto.

Categorias profissionais	Totais
TÉCNICOS SUPERIORES (BAD)	11
TÉCNICOS SUPERIORES	69
TÉCNICOS	6
TÉCNICOS AUXILIARES (BAD)	30
TÉCNICOS AUXILIARES	47
ESCRITURÁRIOS DACTILÓGRAFOS	25
OUTRO PESSOAL ADMINISTRATIVO	40
OUTRO	24
	252

O maior número de pessoas que trabalham nos serviços inquiridos é constituído por técnicos superiores, mas contrasta, de facto, com o pequeno número de técnicos superiores com formação BAD. Isto tem que ver, em nossa opinião, por um lado, com a escassa oferta de especialização em Ciências Documentais (o curso foi recentemente criado na Faculdade de Letras de Lisboa) e, por outro, com o facto da inclusão da carreira de técnicos BAD nos quadros da Função Pública ser recente, existindo ainda muitos organismos que a não contemplam.

A mesma conclusão se pode extrair da maior percentagem de técnicos auxiliares relativamente a técnicos auxiliares BAD. Porém, a já importante percentagem destes últimos é, por certo, um reflexo da acção formativa da BAD.

Em sentido positivo apontam factores como:

- importante cobertura geográfica de serviços;
- fundos documentais de volume considerável (monografias e periódicos);
- apreciável montante despendido em aquisições bibliográficas;
- existência de formas de cooperação que podem considerar-se significativas.

Efectivamente, a distribuição geográfica dos serviços oferece uma assinalável cobertura, onde se salientam, os Núcleos de Documentação

e Informação (NDI's) dos Centros Regionais de Segurança Social, que responderam ao inquérito, em número de 14.

Quanto às existências, 7 serviços indicam colecções com mais de 10 000 monografias, 6 entre 5 000 e 10 000 e 24 serviços situam-se no escalão 1 000 - 5 000. No que se refere aos títulos de periódicos (correntes) a maior parte dos serviços (26) possuem entre 10 e 50, mas há 14 situados no intervalo 100 - 500 e 2 entre 500 e 1 000 títulos. No seu conjunto, o volume de documentação existente não pode, pois, deixar de considerar-se encorajante.

O mesmo se pode dizer quanto aos montantes aproximados despendidos em aquisições bibliográficas em 1983, os quais totalizam cerca de 20 000 contos, respeitantes aos 42 serviços que responderam a este item.

Considerando o aspecto da cooperação, os números indicados suscitam algum optimismo, reforçado pelo facto de se detectarem já algumas formas de actuação coordenada, particularmente ao nível dos NDI's da Segurança Social que constituem, na prática uma «rede informal».

4. O PROSSEGUIMENTO DA INVESTIGAÇÃO

Chegados a esta fase, concluiu-se, por um lado, que é imperativo continuar com este ramo do Projecto Info-Social, ou seja na parte respeitante à Segurança Social e, por outro lado, alargar o trabalho de investigação a outras componentes do domínio social. Quanto a este último aspecto, trata-se de desencadear processo idêntico ao que foi desenvolvido para a Segurança Social, com as inflexões que a experiência aconselha, obviamente no âmbito da BAD que apadrinhou o Projecto, com a única diferença de que já não se trata de um trabalho de investigação universitária.

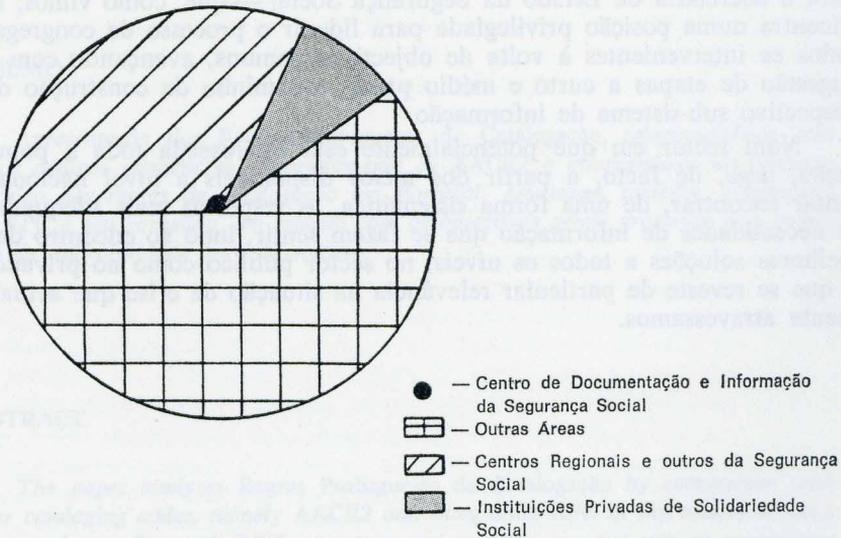
Concretamente quanto à Segurança Social, muito embora o estudo, enquanto parte do Projecto Info-Social se mantenha no âmbito da BAD, a necessidade de resolver problemas como a determinação de um serviço que funcione como polo coordenador do subsistema, vai colocar o projecto parcialmente fora desse âmbito. Dizendo de outro modo, teremos uma dupla vinculação desse subprojecto o que pode traduzir-se, digamos, numa forma especial de cooperação.

Especificando, vimos que do conjunto dos serviços inquiridos na nossa investigação, se destacam as unidades dependentes da Secretaria de Estado da Segurança Social: o Centro de Documentação e Informação da Segurança Social — CDISS, as unidades existentes em alguns departamentos a nível central, e os NDI's — Núcleos de Documentação e Informação dos Centros Regionais de Segurança Social, de base distrital, havendo ainda a referir as unidades dos correspondentes departamentos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Daqui resultou, como nos foi dado registar no Relatório de Progresso, uma cobertura geográfica assinalável, o que nos sugere, entre outros factores, que esse polo de desenvolvimento do sistema se deva situar na Secretaria de Estado da

Segurança Social, departamento oficial responsável pelo Sector, ou mais concretamente, na sua unidade central de documentação e informação: o CDISS.

Desde a sua concepção, foram cometidas àquele serviço, essencialmente, funções de coordenação no interior da Secretaria de Estado, pelo que coerentemente, numa perspectiva nacional, parece que deverá igualmente ser o CDISS o elo de coordenação do sistema especializado em Segurança Social, tanto mais que, para além das relações com os NDI's, o serviço tem vindo já a desenvolver a cooperação com unidades exteriores ao Sector.

Graficamente podemos representar a posição relativa do mesmo Serviço, no contexto do universo dos serviços inquiridos, como segue.



Assim, o prosseguimento da investigação que envolve um serviço em concreto, e implica encargos à partida — embora se ponha desde já o princípio de repartição de despesas — torna indispensável a participação da Secretaria de Estado, a par do apoio logístico já assegurado pela BAD.

No imediato, os elementos recolhidos através do inquérito permitem a elaboração de um Guia de serviços, instrumento que muito contribuiria para a identificação recíproca dos que actuam na mesma área e consequentemente para facilitar a comunicação entre si.

Num segundo tempo, pensamos que se deveria avançar para a elaboração de um Catálogo colectivo de periódicos, o que seria uma via a expor para a racionalização das assinaturas, podendo chegar-se a uma cobertura mais ampla sem agravamento de encargos, ao mesmo tempo

que se permitiria uma maior acessibilidade aos respectivos documentos.

A compatibilização das linguagens documentais, a normalização dos procedimentos, etc., constituiriam outras etapas a prosseguir tendo em vista a cooperação e a transferência da informação não só a nível sectorial, mas ainda no plano nacional em geral e no plano internacional. E aqui ocorre-nos lembrar a perspectiva de alargamento das necessidades de informação em Segurança Social, na linha da nossa integração na CEE.

Por outro lado, a organização de um sub-sistema de informação descentralizado e a sua conexão a sistemas internacionais não se compadece com mais demoras na utilização de meios informáticos. Mesmo neste momento, temos que convir que um catálogo colectivo de monografias já é dificilmente realizável por processos manuais.

Nestas circunstâncias, vamos proceder à elaboração de uma proposta para a Secretaria de Estado da Segurança Social — que, como vimos, se encontra numa posição privilegiada para liderar o processo de congregar todos os intervenientes à volta de objectivos comuns, avançando com a sugestão de etapas a curto e médio prazo, a caminho da construção do respectivo sub-sistema de informação.

Num sector em que potencialmente está interessada toda a população, urge, de facto, a partir dos meios disponíveis a nível nacional, tentar encontrar, de uma forma sistemática, as respostas mais adequadas às necessidades de informação que se fazem sentir, indo ao encontro das melhores soluções a todos os níveis, no sector público como no privado, o que se reveste de particular relevância na situação de crise que actualmente atravessamos.